

Um novo equilíbrio de poder? Mudanças na composição dos casais nas famílias brasileiras 1976-2006¹

Nathalie Reis Itaboraí (IESP-UERJ)²

Resumo:

Analisam-se os domicílios brasileiros em que existem arranjos familiares com presença de casais nas datas 1976, 1986, 1996 e 2006, utilizando-se as Pesquisas Nacionais por Amostra de Domicílios (PNADs) produzidas pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). A composição dos casais é investigada de forma a analisar o processo de empoderamento feminino associado a mudanças no padrão hierárquico dos casais, nos quais os homens tradicionalmente teriam maior engajamento no mercado de trabalho, maior renda, maior escolaridade e maior idade. Inicialmente, apresentam-se os padrões de seletividade conjugal e, em especial, de endogamia por classe e educação nas quatro datas. A seguir, analisam-se as características dos cônjuges quanto à educação, trabalho, renda e idade, tomadas como indicadores de seu potencial poder de barganha e *proxys* de seus capitais cultural, social e econômico, bem como das relações de autoridade. Trata-se de investigar as condições estruturais do empoderamento feminino no privado, a qual não se supõe que se converta imediatamente em decisões femininas mais autônomas, diante da persistência de valores culturais sexistas e visíveis desigualdades de gênero experimentadas no público e no privado. Após este mapeamento, discutem-se quais possíveis impactos das mudanças no equilíbrio de poder, pensando o problema sociológico das famílias *cross-class*, em que os cônjuges podem ser considerados de classes sociais distintas. Propõe-se, ainda, uma reflexão sobre o processo de despatriarcalização na sociedade brasileira.

Famílias, domicílios e desigualdades de gênero e classe: algumas indagações

No Brasil, as análises estatísticas sobre famílias e domicílios em grande parte apóiam-se nas pesquisas domiciliares do IBGE que tem por implicação definir família a partir de coabitação. Não obstante as mudanças recentes na configuração familiar - que podem incluir arranjos de “viver juntos em casas separadas” – a maior parte das pessoas que coabitam estão unidas por laços de parentesco, ainda que venha declinando o peso de arranjos mais tradicionais como casais com filhos, enquanto crescem arranjos monoparentais e unipessoais (BERQUÓ, 1998).

Além da mudança em direção à diversificação dos arranjos familiares, outra transformação essencial do ponto de vista das relações de gênero diz respeito à posição das mulheres em arranjos de casais heterossexuais, tradicionalmente pensados como reduto de relações de autoridade que remontam a noções de patriarcado que estão na raiz da própria palavra família, como grupo de pessoas dependentes e sob a autoridade de um homem. Uma

¹ Trabalho apresentado no V Congreso de la Asociación Latinoamericana de Población, Montevideo, Uruguay, del 23 al 26 de octubre de 2012.

² Doutoranda em Sociologia pelo Instituto de Estudos Sociais e Políticos (IESP) da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ). Correio eletrônico: nathalieri@uol.com.br.

série de tendências que se afirmam sobretudo no último quartel do século XX levam, no entanto, a questionar esse modelo: como o crescente trabalho feminino extradoméstico e a redução dos investimentos das mulheres na vida familiar, pela opção de postergar ou reduzir a fecundidade ou mesmo não fazer do casamento (formal ou não) seu destino social. Esses processos podem e vem sendo lidos numa chave de empoderamento feminino (ITABORAÍ, 2003).

A noção de autonomia é complexa e polissêmica, pode ser pensada como “a capacidade de tomar decisões livres e informadas sobre sua própria vida, de maneira a poder ser e fazer em função de suas próprias aspirações e desejos, num determinado contexto histórico” (SOARES, 2011, p. 281)³. No entanto, para investigar a autonomia ou emancipação das mulheres propõe-se aqui uma abordagem estrutural a partir das chances e coerções que as afetam como desigualdades de oportunidades ou resultados. Nesse sentido, como na reflexão de Bourdieu sobre a dominação masculina, não importa aqui – até porque exigiria dados distintos e um enfoque mais qualitativo – o quanto as mulheres se percebem ou não como emancipadas. Evidentemente, as lutas sociais, como o feminismo, são importantes para a transformação da condição feminina, a qual, no entanto, depende de outras dimensões como as questões demográficas abordadas aqui uma vez que as mudanças na vida privada mostram-se como condições estruturais dos avanços femininos no espaço público. A releitura de Lagrave da *Dominação masculina* de Bourdieu é ilustrativa a respeito da dimensão estrutural da emancipação feminina: “Bourdieu realmente insiste no fato de que a emancipação não é um simples ato que depende da vontade ou de uma conscientização, mas sim o resultado de uma luta contra as coerções estruturais, mantidas pela Escola, pelo Estado, pela Igreja e pela família” (2005, p. 317).

Uma possibilidade de tratar a autonomia de decisão feminina é pensar seu potencial poder de barganha em relação ao companheiro. A análise da composição dos casais em aspectos como educação, renda e idade pode, assim, ser pensada em termos de implicações do ponto de vista das relações de gênero, afetando o grau de (a)ssimetria e suas repercussões nas relações de poder e autoridade nos casais. Como realça Pinnelli em sua análise comparativa dos países desenvolvidos, idade no começo da união, educação e emprego são três aspectos cruciais para identificar desequilíbrios de gênero: “se a mulher é jovem no começo da união e o parceiro é muito mais velho, se suas qualificações escolares

³ Soares distingue três tipos de autonomia: a física, ligada a decisões sobre seu corpo, incluindo o exercício da sexualidade e reprodução livre de violências; a econômica, ligada a capacidade de gerar e administrar recursos; e a de decisão, sobre aspectos da vida coletiva ou individual.

são baixas e as de seu parceiro mais altas, e a mulher não trabalha, espera-se que o desequilíbrio de gênero seja igualmente grande de outros pontos de vista” (2004, p. 76).

Na medida em que cresce a escolarização das mulheres unidas acompanhando o movimento de expansão da escolaridade na sociedade brasileira, bem como seu acesso a trabalho e renda, pode-se esperar maior autonomia nas suas decisões e maior capacidade de influência nas decisões familiares. Interessante por se tratar de uma área onde as desigualdades de gênero sempre foram – e continuam – muito fortes, vale citar um trecho do estudo da propriedade fundiária por gênero de Deere e Léon que ilustra bem o que está em questão quanto ao impacto do acesso a bens ou renda na melhoria do poder de barganha da mulher no casal ou no mercado matrimonial.

Há um corpo crescente de evidências de estudos de caso da América Latina, demonstrando que, se compararmos proprietárias camponesas com aquelas que não possuem terra, as proprietárias têm muito maior escolha de parceiros no casamento e conseguem uma posição muito mais forte ao negociar o seu casamento. Dentro dos casamentos, as proprietárias desempenham um papel muito maior, tanto na tomada de posição referentes à casa e à propriedade, inclusive decisões sobre produção e aquelas que governam a destinação daquilo que é produzido, e como é usada a renda assim gerada. A posse da terra pelas mulheres também foi associada com menores taxas de violência doméstica, pois as proprietárias estão em posição muito melhor para abandonar um parceiro abusivo, devido a sua posição mais forte na retaguarda; também lhes é mais fácil atrair outro cônjuge. (DEERE; LÉON, 2003, p. 146)

A noção de equilíbrio de poder inspira-se em Norbert Elias que, em uma análise da mudança nas relações entre os sexos na República Romana⁴, constata que as razões da passagem de uma extrema sujeição social a uma condição de igualdade virtual podem ser encontradas em mudanças nas condições materiais, político-jurídicas e nas sensibilidades, listando aspectos como: o acesso ao controle de propriedade pela mulher casada, a formação do Estado e com ele de legislações mais imparciais, e um surto civilizatório que levou a um refinamento nas maneiras e no amor. Ao analisar o processo de atenuação das desigualdades entre os sexos na república Romana, Elias propõe o conceito de equilíbrio de poder.

The concept of balance of power permits, as one may see, the conceptualization of shades and grades in the power differentials of human groups. Tradition has confined us too long to simple static polarities, such as rulers and ruled, where one

⁴ Interessante destacar que a descrição de Elias poderia ser aplicada às transformações experimentadas ao longo do século XX pelas mulheres casadas brasileiras, sobretudo das camadas mais altas onde o casamento sempre foi mais institucionalizado. “Women in Rome, once entirely subject to the rule of men, had become, in late Republican and in early imperial times self-ruling human beings in their marriages. That they had independent means, an income of their own, played a large part in their personal, social and thus also in their marital independence. Within their married lives they had gained for themselves full equality with their husbands. Like their husbands they could end their marriage at will or by mutual consent.” (ELIAS, 1987, p. 304).

obviously needs the imagery of a gliding approach, the ability to say “more” or “less”. (ELIAS, 1987, p. 289-290)

Num contexto de avanços institucionais que garantem direitos das mulheres, as características dos cônjuges podem ser pensadas, portanto, como *proxys* do poder de barganha de cada qual na relação ou ainda como capacidade de *sair* de uma relação insatisfatória ou mesmo reivindicar mais *voz*, ao invés da esperada *lealdade* das relações familiares, para falar em termos do esquema de Hirschman⁵ (1973).

Para aproximar-se da questão do equilíbrio de poder nos casais, na indisponibilidade de pesquisas específicas sobre relações familiares, optou-se por uma base que permite identificar com precisão famílias que coabitam. As Pesquisas Nacionais por Amostra de Domicílios (PNADs), empregadas aqui para os anos de 1976, 1986, 1996 e 2006, concentram-se na mensuração das características do trabalho, acrescida de dados familiares e educacionais, além de suplementos sobre temas específicos. Dados para a comparação das características dos cônjuges não são exaustivos, mas permitem análises quanto à classe, educação, renda e idade. Além disso, os dados ocupacionais permitem a construção de medida de classe familiar, a partir do critério de Erikson (1984) do método de dominância, que considera a posição mais alta entre os cônjuges, que aqui foi construída pela agregação das categorias ocupacionais propostas por Valle Silva (2003b)⁶. A comparação por classe objetiva verificar se a conquista de maior autonomia pelas mulheres processa-se em ritmos e tendências variáveis em diferentes contextos socioeconômicos.

⁵ Hirschman propõe uma tipologia sobre as condições em que, diante da degradação ou decepção com um vínculo/relação social, as pessoas optam por rompê-lo (saída), questioná-lo (voz) ou manter-se no vínculo (lealdade) na esperança ativa (combinada ao uso da voz) ou passiva de uma transformação. A saída, aplaudida como racionalidade no mercado, é objeto de censura moral, como deserção ou traição, quando existe a expectativa de lealdade. Em parte pode-se atribuir a visão de uma crise na família às expectativas de lealdade que pesam sobre a família, instituição sobre a qual repousam ideias de último refúgio ou célula *mater* da sociedade. Hirschman cita a família, entre os grupos tradicionais, como aqueles que são capazes de impor altas penalidades para a saída, reduzindo a força de uma das mais poderosas armas de seus membros que é a ameaça de saída (1973, p. 98). Escrito no início dos anos 1970, o livro certamente superestima a presença na família de “barreiras institucionais à saída”, as quais são importantes no argumento do autor uma vez que incentivam a recuperação dos vínculos. Em diversos momentos o autor trata da especificidade do vínculo familiar e suas implicações para a opção pela saída, voz ou lealdade. O mecanismo típico da família tende a ser a voz, visto que ela se inclui entre os grupos com preço de entrada nulo (ele indica que, tal como a nação, a entrada se dá pelo nascimento, desconsiderando as relações familiares resultantes da afinidade, como é o caso da união), uma vez que “o fato de se pertencer totalmente por direito de nascimento, alimenta a voz e compensa a impossibilidade de ameaçar a saída” (1973, p. 99) – essa impossibilidade de saída, todavia, só existe para a relação pais-filhos. Como vimos, a saída como uma ameaça ou uma situação de fato é parte do cenário para pensar o poder de barganha das mulheres no casamento.

⁶ O esquema ocupacional resultante é composto pelas classes descritas a seguir, doravante denominadas apenas por seu número por razões de economia de espaço. Classe 1 - Trabalhadores rurais, classe 2 - Trabalhadores na indústria tradicional, nos serviços pessoais e domésticos, Classe 3 - Trabalhadores nos serviços gerais e vendedores ambulantes, Classe 4 - Trabalhadores na indústria moderna, Classe 5 - Empresários por conta-própria, Classe 6 - Ocupações não-manuais, técnicas, artísticas, de rotina e supervisão, Classe 7 - Proprietários e dirigentes, Classe 8 - Profissionais de nível superior.

Como a composição dos casais não é neutra, cabe antes tratar dos padrões de seletividade conjugal e, em especial, da endogamia.

Padrões de composição dos casais e tendências das taxas de endogamia: uma perspectiva de classe e gênero

Já são bastante consolidadas as análises dos padrões de nupcialidade no Brasil (SILVA, 1979, LAZO, 1996). Apesar do hiato de informação específica sobre nupcialidade a partir dos anos 1990 (LAZO, 2002), as PNADs, uma vez que são estruturadas em torno de domicílios, permitem comparar características dos casais coabitantes, o que trataremos nessa seção, considerando as variáveis classe e escolaridade dos cônjuges.

O casamento sempre foi um tema importante da teoria social. Considerado dentro dos estudos de parentesco, de uma perspectiva sobretudo antropológica e sociológica, o casamento representa uma aliança pela qual se funda a sociedade como propôs Lévi-Strauss, expressando as interações entre grupos no espaço social que, ao se unirem ou não entre si, deixam claras ora as porosidades, ora as fronteiras que caracterizam a estratificação social em uma determinada sociedade. No passado – ou melhor, numa concepção mais tradicional de casamento – eram os grupos familiares que conduziam o casamento de seus filhos, como demonstra a análise de Bourdieu sobre os camponeses franceses, aspecto que pode certamente ser extrapolado para outros grupos onde a propriedade a ser transmitida é a terra ou outros bens cuja fragmentação dificultaria a manutenção de um modo de vida. Bourdieu está interessado num “parentesco prático” (e não genealógico) que emerge das estratégias dos agentes envolvidos no campo do parentesco com seu caráter político – no qual os interesses, todavia, ficam disfarçados e não emergem no discurso – além do celibato ser parte do jogo de alianças.

Cada casamento é um cálculo que objetiva reproduzir a “casa” e, eventualmente, ampliar seus domínios, o que resulta em estratégias diferentes com relação aos primogênitos e aos demais filhos e filhas. O que temos, então, como já dito, é um jogo onde, um tanto hobbesianamente, “todos jogam contra todos”. Nesse se faz presente menos a regra do que a *maîtrise pratique*, capaz de evitar a *mésalliance* e capaz de obter um dote máximo para o casamento do filho, assim como gastar um mínimo com o dote de uma filha. (WOORTMANN, 2004, p. 132)

A visão de um mercado matrimonial pode ser levada ao extremo economicista, como fez Gary Becker (1991). Mais comumente, sobretudo para a Sociologia, a seletividade conjugal expressa a proximidade social entre grupos, já que a tendência endogâmica sinaliza que a eleição do cônjuge equivale à sua percepção como um igual. Ou seja, o casamento não apenas cria alianças entre famílias, mas também erige barreiras entre grupos sociais. Este

processo é crucial para a existência de grupos distintos em uma sociedade estratificada, como demonstram alguns estudos que tratam da materialização das classes em práticas sociais cotidianas. Em suas análises das diferenças por classe no consumo de bens culturais, percorrendo desde a fruição da alta cultura até práticas de decoração domiciliar, Bourdieu (2007), mostra como a hierarquia de classes manifesta-se na forma de diferentes estilos de vida, em cuja (re)produção a família desempenha papel central. Na visão de Bourdieu, a endogamia é uma evidência da aversão por estilos de vida diferentes, sendo responsável por traçar barreiras fortes entre classes. Neste sentido, a propensão para unir-se a pessoas com *habitus* semelhantes é tida como um ingrediente próprio da reprodução social.

Uma configuração complexa de elementos estão na base da moderna visão do casamento como escolha livre de indivíduos autônomos. Seja a afirmação de uma noção de amor romântico como base da relação, seja o processo pelo qual as relações de trabalho se monetarizam e a renda se individualiza, tornando o casamento menos dependente das estratégias de transmissão de propriedade. Todavia, a despeito da maior autonomia usufruída pelos jovens nos dias de hoje, persistem taxas significativas de endogamia. Alguns estudos apontam novos mecanismos pelos quais preferências conjugais homogâmicas se materializam. As normas sociais que outrora se manifestavam na orientação dos pais na escolha de parceiros para seus filhos(as), encontram hoje outros espaços para se realizar, não surpreendendo constatar que a maior liberdade dos jovens não tenha revertido em menor endogamia.

Em suas análises para a sociedade francesa, Bozon (1988) constata que os espaços em que se deram os primeiros encontros de casais com diferentes origens sociais são diferenciados, sinalizando para o fato que a endogamia se produz através da segmentação do espaço social presente em sociedades estratificadas. Bozon (1988, 1992) percorre, assim, os caminhos sugeridos nas análises de Bourdieu, em que as preferências diferenciadas entre as classes sociais quanto a suas práticas de lazer determina que as possibilidades de encontro entre pessoas de classes sociais distantes sejam menores do que entre classes adjacentes.

No Brasil, os estudos sobre seletividade conjugal enfatizaram a importância da cor na escolha do cônjuge (SILVA, 1987), e também o nível educacional (LAZO, 1991). A maior parte destes estudos conclui por uma alta taxa de endogamia, demonstrando que a eleição do cônjuge não é aleatória, mas sim obedece a um padrão de preferência por pessoas com características semelhantes a suas próprias.

A endogamia é um aspecto importante da composição dos casais, aqui analisado em sua dimensão de classe e escolaridade. Os dados para escolaridade abrangem toda

sociedade, enquanto no caso da classe só são considerados os casais em que a mulher também trabalha. Logo, apesar de todas as mulheres terem uma classe familiar, obtida de forma direta ou mediada⁷, evidentemente, na discussão da endogamia por classe, apenas as mulheres engajadas no mercado de trabalho foram consideradas. Calculamos as taxas de endogamia dos casais nas quatro datas (tabela 1) e constatamos que, utilizando oito classes, esta declina quando se compara a amostra de casais de 1976 e 1986, mantendo-se estável em relação a 2006, variando de 49,4% a 41,8% no intervalo 1976-2006. A Taxa Geral de Endogamia (TGE) que se refere às pessoas que se casaram dentro de sua própria classe é sempre superior a 40%, enquanto a Taxa de Endogamia Ampliada (TEA), que abrange, além da diagonal principal, as uniões entre estratos adjacentes (ou seja, as duas diagonais laterais), notamos que cerca de 70% dos casamentos se dão entre homens e mulheres da mesma classe ou do estrato imediatamente adjacente, superior ou inferior ao seu, valor que também oscila 8 pontos negativos no intervalo analisado. Outro dado digno de nota é que as uniões tendem a respeitar a divisão social entre estratos manuais e não-manuais, tendo se realizado respeitando esses limites em 81,7% dos casos em 1976, valor que decresce para 75,5% em 2006.

O que pode estar significando essa redução da endogamia? Casamentos menos endogâmicos resultam dos avanços femininos, uma vez que as mulheres se escolarizam e trabalham mais, favorecendo que as uniões se tornem não apenas mais heterogêneas, mas também menos desiguais?

Tabela 1. Taxa Geral de Endogamia (TGE) e Taxa de Endogamia Ampliada (TEA) por classe e escolaridade – 1976, 1986, 1996 e 2006

	1976	1986	1996	2006
TGE - classe	49,4%	42,3%	43,5%	41,8%
TEA - classe	73,5%	69,7%	69,2%	65,5%
% uniões estratos manual X não manual	81,7%	79,3%	78,3%	75,5%
TGE - escolaridade	60,4%	57,2%	52,7%	51,4%
TEA - escolaridade	94,0%	92,5%	90,5%	88,9%
% uniões 4 anos X 5 anos de estudo e mais	86,0%	82,7%	79,4%	79,1%

Modernamente, como demonstra Bozon (1992), a intervenção direta é substituída pela segregação de espaços de sociabilidade, do que é um exemplo a convivência no espaço

⁷ Embora utilize o indivíduo como unidade de análise, Wright (1989) traz uma distinção útil entre localizações de classe diretas e localizações de classe mediadas, para se referir a partir destas últimas à situação de donas-de-casa que não estão diretamente engajadas no mercado de trabalho, e que, portanto, derivam sua classe da família enquanto unidade de consumo ou de benefícios do *welfare state*. Wright reconhece que a variabilidade nos padrões de relações de gênero (mais igualitários ou mais patriarcais) e na importância do trabalho feminino entre diferentes países deve ser considerada para definir como medir a classe individual da mulher.

universitário entre os jovens que lhe têm acesso (o que tende a fazer da escolaridade uma variável mais importante que a classe de origem) democratizando o mercado matrimonial do ponto de vista das classes.

Certa democratização das relações sociais, expressa como menor endogamia, já foi antes constatada nas análises por cor e escolaridade (SILVA, 1987, 2003). Analisando a interação entre barreiras ao casamento por cor e educação simultaneamente, Ribeiro e Silva (2009) notam a tendência de redução dessas barreiras que sugere uma modernidade brasileira em que a maior fluidez nas relações sociais manifesta-se “weberianamente o casamento como um indicador de sociabilidade ou contatos sociais entre diferentes grupos” (p. 34), alertando, todavia, para a manutenção de barreiras no que tange a população com educação superior.

Interpretando os casamentos como um indicador da proximidade entre os grupos de cor, podemos concluir que, pelo menos na esfera da sociabilidade representada pela união matrimonial, há uma crescente tendência de aceitação de pessoas de grupos de cor distintos, sendo a proximidade de brancos e pardos significativamente maior do que a de pardos e pretos. Essas tendências são independentes do nível educacional dos cônjuges, ou seja, não são apenas um efeito da diminuição das desigualdades educacionais entre brancos, pardos e pretos nem da crescente diminuição das barreiras educacionais ao casamento. Essas últimas barreiras, por sua vez, também estão diminuindo, o que indica que casamentos entre pessoas com níveis educacionais distintos são cada vez mais comuns.

As barreiras entre grupos educacionais adjacentes diminuíram significativamente entre 1960 e 2000, com exceção da barreira aos casamentos entre pessoas com segundo grau (9-11 anos) e universidade (12 anos ou mais), a qual está se tornando mais rígida, sobretudo por causa do aumento do número de mulheres alcançando educação universitária entre 1960 e 2000. (RIBEIRO, SILVA, 2009, p. 46)

Para detalhar o padrão de endogamia, optou-se por analisar os resíduos ajustados (tabelas 2 e 3) de forma a identificar os padrões de casamento favorecidos ou inibidos na estrutura social. Considerando que valores superiores a 1,96 indicam uma discrepância significativa ao nível de 5%, optou-se por destacar de laranja os valores positivos e, de azul, os negativos, deixando sem marcação os valores inferiores a 1,96. Por outro lado, uma vez que se constatou um expressivo isolamento dos trabalhadores rurais, os quais apresentam valores superiores a 80 (tendendo a crescer: 86,6 em 1976, 88 em 1986, 103,8 em 1996 e 138,2 em 2006) para uniões endogâmicas e valores significativamente negativos para uniões com quaisquer estratos urbanos, optou-se por analisar os resíduos ajustados apenas para os estratos urbanos.

Interessante notar (tabela 2) que, quando em ocupações masculinas, como as classes 4 e 5, as mulheres tendem a se casar com homens de seu próprio estrato. A linha separando estratos manuais e não manuais é clara, ocorrendo, por um lado, casamentos entre

os estratos 2, 3 e 4, e, por outro lado, entre os estratos 5, 6, 7 e 8. Nota-se ainda que o aumento da tendência de endogamia é ainda mais forte nos dois extremos das classes urbanas, duplicando nas classes 2 e 8 e quase quaduplicando na classe 7.

Tabela 2. Classe da mulher (linha) pela classe do homem (coluna) - resíduos ajustados

	Classe 2	Classe 3	Classe 4	Classe 5	Classe 6	Classe 7	Classe 8
Classe 2	23,6	13,8	4,8	-7,9	-11,7	-16,8	-15,6
Classe 3	5,6	10,2	1,6	-4,3	-5,0	-5,9	-7,0
Classe 4	3,6	-1,0	6,6	-2,3	-1,0	-3,8	-2,8
Classe 5	-2,3	-1,4	-5	10,9	-,1	-1,6	-1,3
Classe 6	-19,7	-13,9	-3,4	8,8	15,1	12,2	7,6
Classe 7	-7,3	-3,3	-3,9	-2,0	-1,0	14,7	4,7
Classe 8	-9,3	-8,7	-4,9	-1,6	,7	7,7	25,0
1986	Classe 2	Classe 3	Classe 4	Classe 5	Classe 6	Classe 7	Classe 8
Classe 2	30,1	14,9	10,4	-6,0	-15,9	-23,9	-19,4
Classe 3	5,1	15,5	1,7	-5,1	-5,8	-9,2	-7,8
Classe 4	,4	-,8	8,0	-2,1	-1,3	-2,0	-1,9
Classe 5	-3,4	-,3	-2,4	20,3	-4,0	-1,9	-2,6
Classe 6	-19,9	-14,1	-5,7	4,2	21,4	12,5	4,7
Classe 7	-12,1	-9,9	-6,5	-3,0	,5	27,5	6,2
Classe 8	-13,5	-11,8	-6,5	-3,5	2,2	10,5	34,8
1996	Classe 2	Classe 3	Classe 4	Classe 5	Classe 6	Classe 7	Classe 8
Classe 2	36,5	13,7	6,5	-11,9	-18,0	-22,0	-20,0
Classe 3	6,4	18,0	1,3	-6,3	-6,1	-12,0	-8,9
Classe 4	-,3	-2,5	8,0	-2,1	1,3	-1,9	-2,0
Classe 5	-4,2	-3,9	-1,5	24,3	-3,8	-2,8	-3,7
Classe 6	-23,9	-11,0	-2,1	10,0	21,7	8,0	4,3
Classe 7	-14,5	-11,0	-5,2	-5,4	1,1	34,2	6,1
Classe 8	-14,9	-12,0	-6,1	-4,6	4,4	10,8	37,6
2006	Classe 2	Classe 3	Classe 4	Classe 5	Classe 6	Classe 7	Classe 8
Classe 2	48,1	11,9	10,2	-12,9	-17,5	-32,0	-26,9
Classe 3	4,0	22,8	,6	-4,6	-5,7	-14,9	-11,5
Classe 4	-1,6	-3,0	13,8	-3,0	-1,1	-1,3	-3,7
Classe 5	-4,1	-1,9	-2,0	32,7	-3,3	-6,5	-4,6
Classe 6	-26,4	-7,5	-2,6	5,5	24,0	8,7	3,4
Classe 7	-19,5	-16,7	-9,0	-4,3	-4,6	54,4	7,3
Classe 8	-20,9	-15,0	-8,1	-2,3	5,2	9,4	50,7

Quanto ao padrão de endogamia educacional (tabela 3), observa-se que a endogamia também é mais forte nos extremos, ou seja, nos grupos com 0 e 12 ou mais anos de estudo. Entre 4 e 5 anos de estudo existe uma ruptura quanto às chances de união, sugerindo haver uma linha divisória entre o primário e mais que o primário de escolaridade. Nota-se que homens e mulheres com 12 anos e mais se tornaram mais seletivos nas duas últimas datas, passando a ter parceiros com pelo menos o ensino médio, enquanto em 1976

havia mais probabilidade de encontrar homens com 12 ou mais anos de estudo unidos a mulheres com 5 a 8 anos. Tal mudança está certamente ligada a novas oportunidades escolares que as mulheres, sobretudo com origem na classe média, desfrutaram a partir das reformas no ensino superior a partir dos anos 1970.

Tabela 3. Escolaridade da mulher (linha) pela escolaridade do homem (coluna) - resíduos ajustados

1976	0 anos	1 a 4 anos	5 a 8 anos	9 a 11 anos	12 anos e mais
0 anos	128,8	-44,6	-54,8	-37,8	-38,8
1 a 4 anos	-56,4	96,2	-20,4	-26,8	-43,4
5 a 8 anos	-54,1	-35,2	90,8	32,7	13,1
9 a 11 anos	-37,6	-39,5	17,3	67,0	73,6
12 e mais anos	-26,2	-34,7	-1,8	24,4	112,1
1986	0 anos	1 a 4 anos	5 a 8 anos	9 a 11 anos	12 anos e mais
0 anos	115,7	-21,2	-46,2	-38,0	-34,6
1 a 4 anos	-23,5	85,9	-22,4	-38,9	-47,8
5 a 8 anos	-46,7	-28,4	76,0	20,1	-6,7
9 a 11 anos	-39,3	-43,1	7,8	76,5	47,6
12 e mais anos	-28,7	-40,7	-9,4	17,3	117,8
1996	0 anos	1 a 4 anos	5 a 8 anos	9 a 11 anos	12 anos e mais
0 anos	120,9	-10,0	-45,7	-41,4	-33,5
1 a 4 anos	-1,2	88,8	-26,3	-49,8	-49,4
5 a 8 anos	-46,9	-23,0	74,2	12,0	-22,2
9 a 11 anos	-45,2	-47,8	8,3	78,8	36,0
12 e mais anos	-33,3	-44,7	-19,4	23,4	125,4
2006	0 anos	1 a 4 anos	5 a 8 anos	9 a 11 anos	12 anos e mais
0 anos	132,7	3,2	-35,9	-49,6	-33,4
1 a 4 anos	19,6	105,0	-22,9	-66,4	-53,3
5 a 8 anos	-31,5	-6,1	72,8	-11,3	-42,2
9 a 11 anos	-55,5	-63,0	,9	103,4	11,0
12 e mais anos	-37,6	-53,2	-33,3	12,7	149,2

Como mostra Silva (2003a), a seletividade conjugal é afetada pela desejabilidade dos possíveis parceiros – hierarquizados conforme seus recursos econômicos, culturais e sociais – além da intensidade das interações, decorrentes da convivência no espaço geográfico (espaços de lazer, estudo ou trabalho) e de fatores demográficos, sendo que quanto maior o tamanho do grupo populacional a que se pertence maior a possibilidade de realizar um casamento homogâmico. A seletividade educacional alcança especial interesse por agregar vários processos sociais incidentes na escolha do cônjuge, “dado que é simultaneamente uma consequência das condições familiares em que o indivíduo foi criado e também um determinante fundamental de suas possibilidades de realização no mercado de trabalho e, de

uma forma geral, de seu modo de vida” (SILVA, 2003a, p. 361). Silva lembra ainda que a idade da união também afeta a escolha conjugal, quanto mais jovem, mais distante do término da escolarização e menor a probabilidade de que a escolha seja feita neste ambiente e, logo, menor a homogamia educacional.

Partindo da suposição de que as melhorias na posição das mulheres em relação aos seus maridos podem ser interpretadas como uma indicação de seu empoderamento ou de relações de gênero menos assimétricas e desiguais, analisa-se, a seguir, de forma comparada, uma série de características dos cônjuges.

Avanços no poder de barganha feminino

Muitas análises históricas permitem ver a situação de dependência, não apenas material, que as mulheres tinham em relação aos homens no passado recente. A vida das mulheres no início do século XX começa a experimentar mudanças, com o avanço do Higienismo – que desde o século XIX possibilitava que a autoridade médica substituísse a autoridade religiosa dentro das famílias. Além disso, o desenvolvimento da sociabilidade urbana abriu as ruas às mulheres dos estratos médios e superiores quando apenas as de classe baixa tinham acesso, e eram por esta razão estigmatizadas, pois mulheres que trabalhavam fora e andavam nas ruas eram facilmente confundidas com prostitutas, categoria que era o extremo oposto do ideal da mulher, de preferência mãe, recatada em sua vida doméstica. Para Besse, tais transformações refletiam mais uma modernização das desigualdades de gênero do que uma ruptura efetiva.

De fato, a modernização do sistema de gênero trouxe um progresso ambíguo. As mulheres conquistaram todos os “direitos” de cidadania plena; porém dadas as tradições políticas autoritárias, poucos cidadãos podiam, na prática, exercer quaisquer “direitos” e as mulheres eram exortadas a não permitir que o exercício de seus “direitos” interferisse no desempenho de seus “deveres” familiares mais essenciais. A nova mulher ideal foi “liberada” da ignorância, mas os educadores projetavam currículos destinados a prepará-las, antes de mais nada, para desempenhar seu papel “natural” como gerente racional da vida doméstica e como socializadora inteligente da geração futura. Embora sua maternidade esclarecida fosse cada vez mais valorizada, aumentavam gradativamente os requisitos que a amarravam à esfera doméstica, enquanto a ênfase na criação dos filhos definia estritamente os traços apropriados do caráter feminino. Além disso, como ela era encaminhada para trabalhos “femininos” rotineiros e muito mal pagos, seu emprego antes suplementava a renda familiar e promovia o desenvolvimento nacional do que lhe permitia alcançar a autonomia individual e a auto-realização. [...] Na verdade, o modelo de família baseado em uma divisão do trabalho específica que mantinha a dominação masculina e a subordinação feminina talvez tenha surgido ainda mais forte, por ter sido renovado e promovido dentro da classe operária urbana. (BESSE, 1999, p. 11-12)

A ambiguidade da modernização do sistema de gênero é destacada por Besse, que constata que, por volta dos anos 1930, o relativo progresso na presença feminina nos espaços públicos, pela educação, trabalho e voto, é compensado pela manutenção da ênfase na domesticidade (inclusive pela valorização da maternidade), sendo preciso aguardar os anos 1960, com a pílula e o crescimento do trabalho feminino, para constatar mudanças mais significativas.

Contrastivamente, uma síntese dos arranjos familiares brasileiros em 2006 é apresentada a seguir, demonstrando que, além de todas as importantes mudanças institucionais – que, do ponto de vista legal, inclui o direito ao divórcio, ao planejamento familiar, reconhecimento dos direitos de filhos e companheiras de uniões não formais etc. – as mulheres encontram-se em uma situação de relativa autonomia material no início deste século. Pela tabela 4, embora se note que ainda são muitas as mulheres que não dispõem de um trabalho (variando por classe entre 33 e 52%) ou renda (entre 25 e 40%) próprios, já são também expressivos os casos de mulheres com ocupação semelhante ou superior a seus companheiros. Nas três classes mais altas, cerca de 20% das mulheres estão em uma ocupação de classe equivalente a seus companheiros e entre 12 e 15% têm posição superior. Essa situação também é notada nos estratos inferiores, nos quais em torno de 10% das mulheres respondem por mais de 60% da renda do casal, atingindo 18% na classe 8.

Tabela 4. Ocupação⁸ e participação da mulher na renda do casal por classe familiar, 2006

	Mulheres que não trabalham	Ocupação do homem superior	Ocupações iguais	Ocupação da mulher superior	Mulheres que não tem renda	Menos de 40%	40 a 60%	Mais de 60%
Classe 1	36,6%		47,6%	15,7%	31,4%	37,3%	20,9%	10,4%
Classe 2	52,2%	3,4%	29,0%	15,5%	29,8%	35,2%	23,3%	11,8%
Classe 3	51,0%	23,6%	9,6%	15,8%	35,6%	35,9%	21,9%	6,6%
Classe 4	49,1%	31,3%	1,7%	17,9%	39,3%	37,7%	19,5%	3,5%
Classe 5	38,2%	20,2%	13,7%	27,8%	35,7%	31,7%	24,1%	8,5%
Classe 6	45,0%	21,4%	20,7%	12,8%	32,4%	32,0%	23,5%	12,1%
Classe 7	33,3%	36,0%	19,1%	11,7%	31,3%	38,6%	21,4%	8,7%
Classe 8	33,2%	30,1%	21,0%	15,7%	25,0%	34,7%	21,7%	18,5%
Total	44,2%	16,9%	23,3%	15,5%	32,6%	35,6%	22,1%	9,8%

Também com variações por classe, as diferenças de idade e escolaridade entre cônjuges mostram-se mais favorável ao poder de barganha das mulheres, crescentemente mais escolarizadas e com menores diferenças de idade em relação a seus companheiros, como se observa na tabela 5. Quando se observa as diferenças de idade entre os cônjuges, nota-se que

⁸ Considerou-se as ocupações individuais a partir da hierarquia de 8 posições que também serve de base para as classes familiares. Como explicado, a classe familiar é medida a partir da posição do cônjuge com melhor situação no mercado de trabalho.

os arranjos em que os homens são muito mais velhos que as mulheres correspondem a entre 13 e 20% dos casos. Ainda persiste como mais frequente o arranjo do homem ser 3 a 8 anos mais velho que a mulher (de 35 a 40%), mas em mais de 40% dos casos os cônjuges têm idades próximas ou a mulher tem idade superior. A expectativa das próprias mulheres de que o arranjo ideal seria aquele em que os homens fossem alguns anos mais velhos, o que Bozon (1990) chama de “dominação consentida” parece ser ainda um traço forte mesmo que declinante da dominação masculina entre nós. Hertrich e Locoh notam que o diferencial de idade subjuga as mulheres duplamente, somando a assimetria de gênero e geracional, sendo que o diferencial de idade entre os cônjuges está ligado a idade de entrada em união da mulher, atingindo valores em média entre 3 a 5 anos na América Latina (2004, p. 113).

Tabela 5. Diferenças de escolaridade e de idade nos casais por classe familiar, 2006

	Homem 3 + anos mais escolaridade	Casal 2 anos + ou -	Mulher 3 + anos mais escolaridade	Homem 9 ou + anos + velho	Homem 3 a 8 anos + velho	Casal 2 anos + ou - idade	Mulher 3 ou + anos + velha
Classe 1	10,2%	64,9%	24,9%	20,5%	40,2%	28,7%	10,6%
Classe 2	16,4%	55,5%	28,0%	16,0%	38,1%	31,5%	14,4%
Classe 3	18,1%	54,7%	27,2%	16,8%	37,7%	32,1%	13,3%
Classe 4	20,2%	56,3%	23,5%	14,4%	38,4%	34,9%	12,3%
Classe 5	15,0%	55,3%	29,7%	19,6%	37,4%	32,2%	10,8%
Classe 6	20,5%	57,1%	22,4%	13,6%	38,5%	35,7%	12,2%
Classe 7	19,1%	56,8%	24,1%	15,5%	40,0%	35,6%	9,0%
Classe 8	28,6%	53,6%	17,7%	14,9%	35,0%	39,1%	11,0%
Total	17,3%	57,5%	25,1%	16,6%	38,5%	32,8%	12,1%

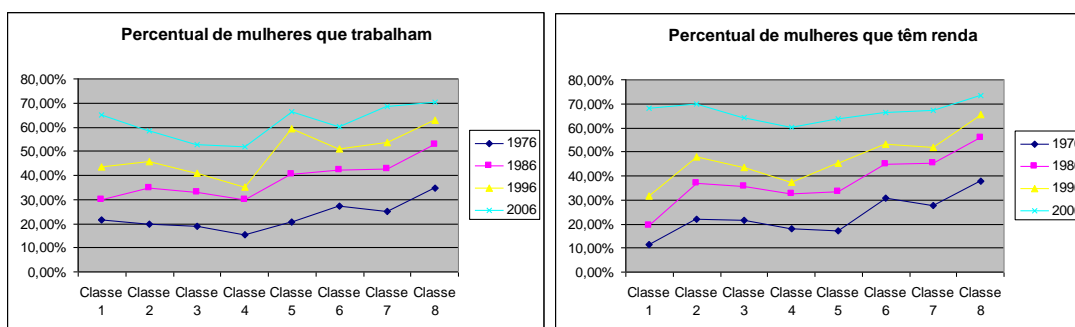
O quanto essa situação é nova em relação ao passado recente será observado nos gráficos seguintes, que detalham a evolução de alguns indicadores entre 1976 e 2006. Note-se que, na análise de renda e classe comparada, considerou-se apenas as mulheres que trabalhavam e as que possuíam renda própria (dimensões que não coincidem, seja pela existência de trabalho não remunerado, seja porque a renda analisada não é a do trabalho, mas sim de qualquer fonte).

Pelo gráfico 1 nota-se um movimento progressivo, entre 1976 e 2006, de incorporação das mulheres ao mercado de trabalho. Observa-se um padrão de que as classes baixas urbanas são as que apresentam menor presença feminina no mercado do trabalho, o que pode estar relacionado não apenas a menores oportunidades associadas a sua escolaridade, quanto a possível manutenção de um modelo mais tradicional, em que o não trabalho feminino funciona como afirmação de status – seja a mulher que aspira ao antigo tratamento das madames, seja os maridos que ostentam o título de provedor na fórmula

“minha mulher não precisa de trabalhar”- ou mesmo uma racionalidade e ideal familiar de que poupar a mãe de um trabalho remunerado pouco rentável e muito cansativo é também uma forma de garantir melhor condição de vida para todo o domicílio através dos cuidados domésticos da mulher (DURHAN, 1980). Essas diferentes hipóteses que têm em comum a percepção de que o trabalho feminino não é tão valorizado nas camadas baixas como afirmação da autonomia feminina tal como parece ser nas classes médias e altas encontram algum respaldo no fato de que as menores taxas de trabalho feminino ocorrem justamente no operariado da indústria moderna, aquele que desfruta de melhores condições laborais e portanto aptos a afirmar-se como “aristocracia” operária, melhor remunerada e mais capaz de proteger suas mulheres de um trabalho que muito certamente seria cansativo e mal remunerado. Por outro lado, a crescente participação econômica das mulheres dos estratos altos é garantia de famílias com dois rendimentos, o que tende a agravar as desigualdades sociais, sobretudo se mais recursos são investidos em menor número de filhos.

Processo de crescimento progressivo também acontece com o percentual de mulher que têm renda de alguma fonte, incluindo não apenas renda de trabalho mas também benefícios de políticas de seguridade social, como a previdência rural e o Programa Bolsa-família. Tais programas provavelmente ajudaram a reverter a desigualdade antes existente no acesso à renda entre mulheres da classe de trabalhadores rurais e de profissionais de nível superior.

Gráfico 1. Percentual de mulheres unidas que trabalham e que têm renda por classe social, 1976-2006⁹

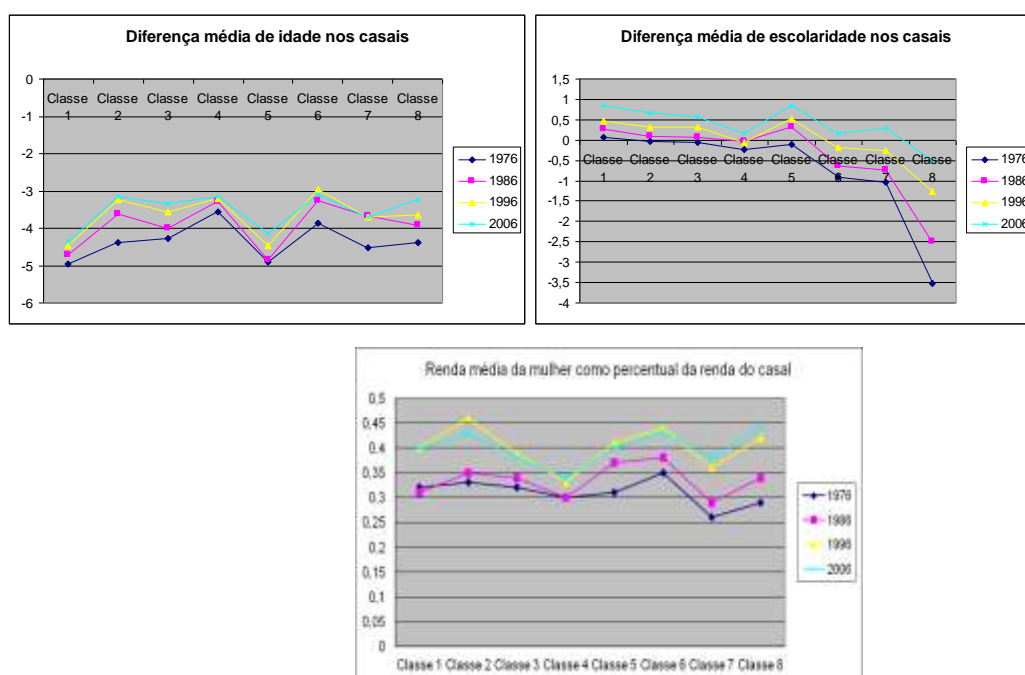


Quando se considera a composição dos casais (gráfico 2), nota-se o mesmo movimento de elevação da posição relativa da mulher, que, embora ainda prevalecendo

⁹ Realçamos que, neste e em todos os gráficos seguintes onde consta um eixo de classes sociais, este tem caráter arbitrário, devendo a linha entre os pontos ser entendida como simples recurso visual para tornar nítido como os diferenciais por classe se comportam, aumentando quando há uma inclinação na linha (inclinação que pode indicar que um comportamento aumenta a medida em que se observam classes cada vez mais altas, ou vice-versa), ou reduzindo-se (ou seja, homogeneização de comportamentos) se a linha torna-se mais horizontal.

arranjos em que os homens são mais velhos e tem maior renda, tem as diferenças reduzidas. Merece destaque também a reversão do hiato educacional de gênero (BELTRÃO; ALVES, 2009) dentro das famílias, expressão da escolarização crescente das mulheres, cuja diferença reduzida, no caso da classe 8, reforça o crescimento da escolaridade superior, como antes afirmado.

Gráfico 2. Diferenças médias de idade e escolaridade nos casais e participação feminina na renda do casal, 1976-2006

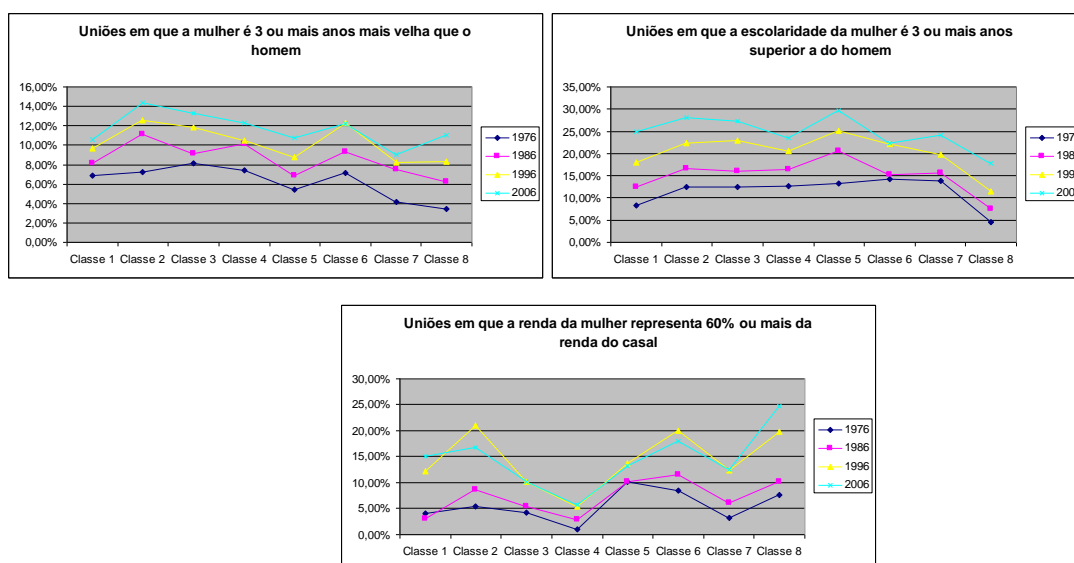


Os gráficos 1 e 2 revelam, portanto, uma tendência de mudança, cujos resultados podem parecer tímidos, mas que expressam um processo contínuo, em direção a uma posição relativa melhor das mulheres em relação a seus companheiros. No gráfico 3 sintetizam-se algumas situações em que supostamente as mulheres seriam favorecidas com um maior poder de barganha no casal por sua posição relativa subverter o padrão antes habitual em que homens tinham idade, escolaridade e renda superior às mulheres. Nota-se que, embora as cifras sejam modestas, crescem os casais em que as mulheres são três ou mais anos mais velhas que seus companheiros, três ou mais anos mais escolarizadas e responsáveis por mais de 60% da renda do casal. Além da mudança em si, pode-se esperar algum “efeito demonstração” da diversificação de arranjos que se afastam do modelo de predominância masculina, favorecendo assim o ganho de legitimidade social de arranjos com maior igualdade ou prevalência de atributos femininos.

Diferenças de renda e escolaridade são objeto habitual de análise, mas talvez mereça destacar porque as diferenças de idade entre os cônjuges são consideradas aqui como um aspecto que pode estar relacionado a diferenças de autoridade dentro do casal. Situando a América Latina (sem incluir o Brasil), frente a outros países pouco desenvolvidos, Casterline et al. (1986) apontam que as diferenças de idade entre os cônjuges tendem a ser menores, além de encontrar-se no continente maiores proporções de mulheres mais velhas que o marido. No nível agregado, estas menores diferenças de idade parecem estar associadas a um maior status da mulher nestes países, medido por indicadores como seu nível de instrução. No caso do Brasil, Souza (Apud LAZO, 1996, p. 53) observa também que, embora os homens tendam a se casar em idades em média superiores a das mulheres, as diferenças de idade entre os cônjuges têm se reduzido tanto nas áreas urbanas quanto nas rurais, ao longo do período 1960-1980.

A diferença de idade entre os cônjuges expressa padrões culturais que estruturam as relações de gênero. Se no passado, o esperado era que o homem fosse mais velho e seria revolucionário que os cônjuges tivessem idades próximas, hoje já se observa a presença de casais em que as mulheres são mais velhas. Evidentemente, além de expressar uma maior porosidade no mercado matrimonial, tal dado pode encobrir outros desequilíbrios, diante do culto da juventude na sociedade atual, que não represente um efetivo empoderamento feminino. Não obstante, constitui-se em clara afronta ao sistema de autoridade que tradicionalmente vigia nos casais.

Gráfico 3. Uniões em que a mulher apresenta idade, educação e renda superior a seu companheiro, 1976-2006



O gráfico 3 também permite observar os avanços femininos em termos de superioridade educacional em relação ao marido. Já que a endogamia educacional é o mais comum, interessou verificar os casos em que as mulheres são significativamente mais escolarizadas que os seus cônjuges. Como na maior parte das vezes é o homem que define a classe familiar, observa-se que as diferenças de educação a favor do homem crescem com a classe. Quanto maior a escolaridade dele maior a chance de ser mais escolarizado que a mulher. Por outro lado, nas classes baixas, continua a crescer o percentual de mulheres mais escolarizadas que seus maridos. A participação das mulheres unidas na renda dos casais é algo que também vem mudando lenta mas consistentemente. Ainda que predominem arranjos em que a renda da mulher representa menos de 40% da renda do casal, verifica-se a tendência de aumento dos arranjos homogâmicos e hipogâmicos no que diz respeito à composição quanto à renda.

Os gráficos analisados nessa seção sugerem, portanto, mudanças graduais em direção a uma maior autonomia econômica das mulheres e uma maior paridade de escolaridade, idade e renda nos casais. Além dos ganhos para a autonomia feminina, tais mudanças colocam novos e importantes desafios para os próprios estudos de classe como tratado a seguir.

Considerações finais

A mudança no equilíbrio de poder nos casais já se reflete no debate acadêmico sobre famílias e estratificação. As importantes mudanças decorrentes da maior participação das mulheres na força de trabalho implicaram, para alguns autores, em elas terem uma posição de classe própria, gerando um intenso debate sobre as chamadas famílias *cross-class*. O debate resultou em especial das críticas feministas às teorias e pesquisas de classe, sinalizando para a inadequação de medir a classe familiar pela posição do marido. Questionou-se em especial a visão convencional do britânico John Goldthorpe (1984), com o modelo do “marido provedor” como representante da família perante a esfera pública.

Mesmo, como observado, que predomine a endogamia (estrita ou ampliada) em casais em que ambos os cônjuges trabalham, os avanços femininos colocam desafios importantes para a suposta unidade das famílias. Um desdobramento da análise aqui apresentada deverá ser, portanto, a análise da presença de famílias *cross-class* no Brasil, definidas como casais em que há dois provedores com diferentes posições de classe, mensurando seus possíveis impactos na reprodução ou mudança nas desigualdades sociais.

Uma hipótese interessante que se pode levantar a partir desse tipo de análise é de que os ganhos de poder das mulheres (ainda mais se considerarmos seu impacto na socialização dos filhos) favoreçam famílias menos estruturadas em classes, afetando as dinâmicas de produção (reprodução e mobilidade) das classes. Além disso, é importante identificar se as mudanças nas relações de gênero no sentido de um empoderamento feminino são homogêneas ou variam por classe, reconhecendo que os processos de mudança nas estratificações de classe e gênero têm em grande medida a família como palco.

Dois processos simultâneos, um privado e outro público se interceptam para gerar uma melhor condição para as mulheres barganharem suas relações de gênero. Por um lado, novas trajetórias familiares, com entrada mais tarde em união e menores diferenças de idade entre os cônjuges. Por outro lado, os avanços femininos em educação, participação no mercado de trabalho e renda. Juntos esses processos repercutem, pouco a pouco, em menor assimetria nos casais com possíveis repercussões nas relações de poder e autoridade nos casais.

O processo que se passa no Brasil é parte de uma tendência presente em diversas partes do mundo, a exemplo da análise de Therborn do declínio patriarcado na longa duração, que, no entanto, coloca ênfase na dimensão jurídica da mudança¹⁰. No livro *Sexo e poder*, Therborn desenvolve a ideia de que a explicação para as mudanças na família encontra-se na alteração do equilíbrio de poder. Tal mudança pode ser favorecida por eventos extrínsecos à organização familiar – econômicos, estatais, religiosos etc. – com avanços e recuos em direção a (des)patriarcalização.

A mudança institucional é assim induzida por eventos ou processos que desarranjam um dado balanço entre, de um lado, direitos e obrigações e, de outro, poderes e dependências. Pais podem perder sua propriedade, filhos podem ter chance de ir para a escola, mulheres podem conseguir oportunidades no mercado de trabalho, as tradições religiosas podem enfraquecer, os estados ou as organizações internacionais podem se intrometer nas famílias, limitando o poder de pais e maridos e municiando as filhas rebeldes com rotas de fuga. Ou então, as forças que afetam o equilíbrio existente podem trabalhar no sentido contrário [...] (THERBORN, 2006, p. 12-13).

¹⁰ O autor se dedicará a entender os ganhos de poder dos filhos e das mulheres, considerando os seguintes aspectos: “No que diz respeito às relações paternas e parentais com os filhos, examinaremos as regras formalizadas de obediência e deferência filiais e observaremos as regras genealógicas básicas de herança, isto é, se há apenas uma linhagem paterna (patrilínea), se os filhos adultos têm permissão para decidirem sobre seus casamentos e se a expectativa é de que permaneçam na casa paterna após a união. O poder das sogras (prospectivo) estará aqui subsumido grandemente ao patriarcado parental. Com relação às relações entre marido e mulher, os principais aspectos são: a presença ou ausência da assimetria sexual institucionalizada, tal como na poliginia e nas regras diferenciais para o adultério; a hierarquia de poder marital, expressa pelas normas de chefia marital e de representação familiar; e a heteronomia, ou seja, o dever de obediência da mulher e o controle do marido sobre sua mobilidade, suas decisões e seu trabalho.” (THERBORN, 2006, p. 30).

Therborn constata uma mudança social lenta que substitui o patriarcado por um novo sistema de organização familiar mais igualitário, sem contudo atingir a plena igualdade, o que justifica a análise das desigualdades de gênero – senão na lei – nas práticas familiares. Um dos momentos significativos desse processo de declínio do patriarcado é situado pelo autor no último quartel do século XIX, quando mudanças legais na instituição familiar começam a ampliar direitos de mulheres e crianças/filhos. Diferentes fatos políticos internacionais ajudam a compor o quadro favorável ao declínio do patriarcado. A inclusão, pelas Nações Unidas, da liberdade de casamento e da igualdade na relação em sua declaração dos Direitos Humanos de 1948, a instituição do ano de 1975 como Ano Internacional da Mulher, seguido da década de 1975-1985 como Década da Mulher e Desenvolvimento, com diversas conferências durante e posteriormente a essa década, certamente serviram de referência - através de seus debates, relatórios, declarações e plataformas de ação - para as transformações – em legislações e políticas públicas - na condição da mulher ao redor do mundo. Dando continuidade a esse processo, mais recentemente uma ampla agenda de direitos femininos é objeto de mobilização de movimentos e órgãos internacionais, destacando-se as Conferências Mundiais sobre População (Cairo, 1994) e Mulher (Beijing, 1995)¹¹.

A despeito dos limites de uma abordagem global dos sistemas de família – visível na descrição da família crioula na qual o autor inclui o caso brasileiro¹² – Therborn contribui para recolocar as transformações nas relações de gênero num quadro mais amplo de transformações mundiais, pressionadas por processos vários. Toda transformação social é uma mudança política, ou seja, na distribuição de poder. Pode começar pelo poder econômico e educacional – como mostra o autor, em muitos momentos ondas de avanço na educação feminina impulsionam movimentos sociais, como o feminismo –, mas que necessariamente terá que se materializar em alterações político-jurídicas que formalizem tais conquistas. É esse novo equilíbrio de poder que também se expressa em novas práticas de nupcialidade e numa nova composição de casais que se pretendeu aqui evidenciar.

¹¹ Nesse mesmo espírito cresce a produção de pesquisas comparativas que investigam o grau de desigualdade de gênero no mundo. Além de Therborn, *Rising tide* de Inglehart e Norris investiga, com dados do *World Values Survey*, o impacto da modernização sobre a igualdade de gênero, com ênfase na mudança cultural que, se não é suficiente, mostra-se condição necessária das mudanças na balança de poder entre os sexos em curso.

¹² Embora reconheça que menor dominação patriarcal não signifique maior igualdade de gênero, Therborn também foi objeto de críticas feministas, em especial porque “se outros indicadores fossem usados, outros violões passariam a sustentar a perenidade do patriarcado e suas metamorfoses seriam evidenciadas, ou seja, sua reprodução/renovação” (CASTRO, 2009, p. 51).

Referências

- BECKER, Gary. (1991) *A treatise on the family*. Harvard: Harvard University Press.
- BELTRÃO, Kaizô; ALVES, José Eustáquio Diniz. (2009) A reversão do hiato de gênero na educação brasileira no Século XX. *Cadernos de Pesquisa*, v. 30, n. 136, p. 125-156.
- BERQUÓ, Elza. (1998) Arranjos familiares no Brasil: uma visão demográfica. In: SCHWARCZ, Lilia Moritz (Org.). *História da vida privada no Brasil: contrastes da intimidade contemporânea*. São Paulo: Companhia das Letras. p. 411-438.
- BESSE, Susan K. (1999) *Modernizando a desigualdade: reestruturação da ideologia de gênero no Brasil 1914-1940*. São Paulo: Edusp.
- BOURDIEU, Pierre (2007), *A distinção: crítica social do julgamento*. São Paulo : Edusp.
- BOZON, Michel (1988), “La découverte du conjoint II. Les scenes de rencontre dans l’espace social”, *Population*, n.1.
- _____ (1990), “Les femmes et l’écart d’âge entre conjoints: une domination consentie. I – Types d’union et attentes en matières d’ecart d’âge”, *Population*, núm. 2, p. 327-360.
- _____ (1992), “Sociologie du rituel du mariage”, *Population*, núm. 2, P. 409-434.
- CASTERLINE; WILLIAMMS; MCDONALDS (1986), “The age difference between spouses: variations among developing countries”, *Population Studies*, vol. 40, núm. 3.
- CASTRO, Mary Garcia. (2009) Debates sobre gênero e patriarcado em construções de Therborn. In: MENEZES, José E. X. de; CASTRO, Mary Garcia. *Família, população, sexo e poder: entre saberes e polêmicas*. São Paulo: Paulinas.
- DEERE, Carmen Diana; LÉON, Magdalena (2003), “Diferenças de gênero em relação a bens: a propriedade fundiária na América Latina”. *Sociologias*, Porto Alegre, vol. 5, núm. 10.
- DURHAN, Eunice R. (1980) “A família operária: consciência e ideologia”. *Dados: Revista de Ciências Sociais*, Rio de Janeiro, v. 23, n. 2, p. 201-213.
- ELIAS, Norbert. The changing balance of power between the sexes – a process-sociological study: the example of the Ancient Roman State. *Theory, culture & society*, v. 4, 1987, p. 287-316.
- ERIKSON, Robert (1984), “Social class of men, women and families”, *Sociology*, núm. 18.
- GOLDTHORPE, John. (1984) Women and class analysis: a replay to the replies. *Sociology*, 18, pp. 491-499.
- HERTRICH, Véronique; LOCOH, Thérèse. (2004) Relações de gênero, formação e dissolução das uniões nos países em desenvolvimento. In: PINNELLI, Antonella (Org.). *Gênero nos estudos de população*. Campinas, SP: ABEP.
- HIRSCHMAN, Albert. (1973) *Saída, voz e lealdade*. São Paulo: Perspectiva.

INGLEHART, Ronald; NORRIS, Pippa. (2003) *Rising tide: gender equality and cultural change around the world*. New York: Cambridge University Press.

ITABORAÍ, Nathalie Reis. (2003) “Trabalho feminino e mudanças na família no Brasil (1984-1996): explorando relações”. *Revista Brasileira de Estudos Populacionais*, Campinas, v. 20, n. 2, p. 157-176, jul./dez. 2003.

LAGRAVE, Rose-Marie. (2005) A lucidez dos dominados. In: ENCREVÉ, Pierre; LAGRAVE, Rose-Marie. *Trabalhar com Bourdieu*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil.

LAZO, A. C. V. (1996), “Os estudos contemporâneos sobre nupcialidade: uma revisão crítica”, Unicamp, *Textos Nepo*, núm. 32.

_____. (2002), “Nupcialidade nas PNADs-90: um tema em extinção?” Rio de Janeiro, IPEA, *Texto para discussão*, n. 889.

PINNELLI, Antonella. (2004) Gênero e família nos países desenvolvidos. In: PINNELLI, Antonella (Org.). *Gênero nos estudos de população*. Campinas, SP: ABEP.

RIBEIRO, Carlos Antônio Costa; SILVA, Nelson do Valle (2009), “Cor, educação e casamento: tendências da seletividade marital no Brasil, 1960 a 2000”, *Dados*, vol. 52, núm. 1.

SILVA, Nelson do Valle (1979), “Padrões de nupcialidade no Brasil (1940-1970)”, *Boletim Demográfico*, vol. 9, núm. 4.

_____. (1987) “Distância social e casamento inter-racial no Brasil”, *Estudos afro-asiáticos*, vol. 14.

_____. (2003a), “Duas décadas de seletividade marital educacional no Brasil”, In: HASENBALG, Carlos; SILVA, Nelson do Valle. *Origens e destinos: desigualdades sociais ao longo da vida*. Topbooks, Rio de Janeiro.

_____. (2003b) “O esquema analítico e a classificação ocupacional”. In: _____; HASENBALG, Carlos (Org.). *Origens e destinos: desigualdades sociais ao longo da vida*. Rio de Janeiro: Topbooks.

SOARES, Vera. (2011), “Mulher, autonomia e trabalho”. In: FUNDAÇÃO ALEXANDRE DE GUSMÃO. *Autonomia econômica e empoderamento da mulher*. Brasília. p.281-301.

THERBORN, Göran. (2006) *Sexo e poder: a família no mundo 1900-2000*. São Paulo: Contexto.

WOORTMANN, Klaas (2004). “A etnologia (quase) esquecida de Bourdieu, ou o que fazer com heresias”, *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, vol. 19, núm. 56.

WRIGHT, Erik Olin. (1989) Women in the class structure. *Politics & Society*, vol.17, num. 1.